



**CARTA**  
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

# História da Diplomacia Brasileira em Moçambique (1975-1986): Estratégias, Desafios e Resultados

*History of Brazilian Diplomacy  
in Mozambique (1975-1986):  
Strategies, Challenges, and Outcomes*

*Historia de la Diplomacia Brasileña  
en Mozambique (1975-1986):  
Estrategias, Retos y Resultados*

DOI: 10.21530/ci.v20n2.2025.1614

José Alejandro Sebastian Barrios Díaz<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo analisa as estratégias diplomáticas brasileiras na construção das relações bilaterais com Moçambique entre 1975 e 1986, período marcado pela independência moçambicana e pela morte de Samora Machel. Explora como o Brasil buscou estabelecer presença no país africano por meio de cooperação técnica, comércio e construção de confiança política, enfrentando a desconfiança decorrente do legado colonial português e das dinâmicas neocoloniais da Guerra Fria. A pesquisa destaca a importância dos laços culturais e simbólicos na mediação diplomática, o lugar da cooperação internacional e do comércio bilateral ao mesmo tempo em que discute os limites dessa aproximação diante das assimetrias históricas. O estudo contribui para a compreensão crítica das políticas externas do Brasil em África, refletindo sobre os desafios da construção de parcerias genuínas em contextos pós-coloniais e globalmente assimétricos.

**Palavras-chave:** Cooperação Internacional, Diplomacia, Moçambique, Política Externa Brasileira, Relações Bilaterais.

1 Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IREL), Universidade de Brasília – UnB. Professor do Instituto de Relações Internacionais (IREL), Universidade de Brasília – UnB. ([jose.diaz@unb.br](mailto:jose.diaz@unb.br)). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8386-3642>.

Artigo submetido em 14/08/2025 e aprovado em 18/11/2025.

### Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.





## Abstract

This article analyzes Brazilian diplomatic strategies in building bilateral relations with Mozambique between 1975 and 1986, a period marked by Mozambican independence and the death of Samora Machel. It explores how Brazil sought to establish a presence in the African country through technical cooperation, trade, and the construction of political trust, while facing the mistrust stemming from the Portuguese colonial legacy and the neocolonial dynamics of the Cold War. The research highlights the importance of cultural and symbolic ties in diplomatic mediation, the role of international cooperation and bilateral trade, while also discussing the limits of this rapprochement in the face of historical asymmetries. The study contributes to a critical understanding of Brazil's foreign policies in Africa, reflecting on the challenges of building genuine partnerships in postcolonial and globally asymmetric contexts.

**Keywords:** Bilateral Relations, Brazilian Foreign Policy, Diplomacy, International Cooperation, Mozambique.

## Resumen

Este artículo analiza las estrategias diplomáticas brasileñas en la construcción de las relaciones bilaterales con Mozambique entre 1975 y 1986, período marcado por la independencia mozambiqueña y la muerte de Samora Machel. Explora cómo Brasil buscó establecer presencia en el país africano a través de la cooperación técnica, el comercio y la construcción de confianza política, enfrentando la desconfianza derivada del legado colonial portugués y de las dinámicas neocoloniales de la Guerra Fría. La investigación destaca la importancia de los lazos culturales y simbólicos en la mediación diplomática, el papel de la cooperación internacional y del comercio bilateral, al mismo tiempo que discute los límites de esta aproximación frente a las asimetrías históricas. El estudio contribuye a la comprensión crítica de las políticas exteriores de Brasil en África, reflexionando sobre los desafíos de construir asociaciones genuinas en contextos poscoloniales y globalmente asimétricos.

**Palabras-clave:** Cooperación Internacional, Diplomacia, Mozambique, Política Exterior Brasileña, Relaciones Bilaterales.

## 1. Introdução

O período compreendido entre 1975 e 1986 configura-se como um momento crucial nas relações bilaterais entre Brasil e Moçambique. Marcado pelo reconhecimento da independência do país africano, em 15 de novembro de 1975 e, a partir dessa data, o início da aproximação diplomática os dois Estados. Essa





fase está inserida em um contexto internacional profundamente marcado pelas transformações geradas pelos processos de descolonização africana, pela Guerra Fria e pelo rearranjo das relações internacionais no Sul Global. Nesse panorama, o reconhecimento da independência moçambicana pelo Brasil representou um movimento estratégico por parte do Brasil para ampliar sua influência e presença no continente africano, articulando interesses econômicos, políticos e simbólicos.

Além da amizade, existe interesse e, ademais, essa dinâmica, foi permeada por tensões e contradições que refletem as complexas trajetórias históricas dos dois países e as assimetrias inerentes às suas posições no sistema internacional. Moçambique, como um Estado recém-independente, enfrentava desafios enormes de consolidação política, desenvolvimento econômico e integração social, em um contexto regional caracterizado por conflitos e instabilidades, especialmente na África Austral (Cau 2011; Cabaço 2011). Por sua vez, o Brasil buscava posicionar-se como um ator emergente no sistema internacional, almejando fortalecer suas relações internacionais e ampliar sua projeção política e econômica no continente africano (Santos 2014).

A aproximação bilateral ocorreu num cenário de desconfiança inicial por parte do governo moçambicano, que questionava os objetivos e a legitimidade da presença brasileira, dada a associação histórica do Brasil com Portugal e sua postura anterior, que não se opunha explicitamente ao colonialismo português (Barrios Díaz 2016). Esse quadro de suspeitas e receios constituiu um dos principais desafios para a diplomacia brasileira, que teve que construir uma agenda de diálogo baseada na gradual construção de confiança, por meio de visitas técnicas, intercâmbios culturais e projetos de cooperação técnica, especialmente nas áreas de saúde e educação, que se mostraram estratégicas para o desenvolvimento do país africano (Barrios Díaz 2024).

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de construção das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique no período de 1975 a 1986, com foco nas estratégias diplomáticas, econômicas e de cooperação internacional que nortearam essa aproximação. A pesquisa investiga como o Brasil, inserido em um cenário de profundas transformações globais e regionais, articulou seus interesses e percepções para afirmar sua presença em Moçambique, ao mesmo tempo em que navegava as tensões decorrentes do legado colonial e das complexidades da Guerra Fria. A pergunta central que orienta o estudo é: quais foram as principais estratégias diplomáticas brasileiras que moldaram e consolidaram a relação bilateral com Moçambique nesse período?





A hipótese deste artigo é que a construção das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, entre 1975 e 1986, foi resultado de uma combinação estratégica de três dimensões centrais: a construção de confiança político-diplomática, a promoção da cooperação técnica e o incentivo ao comércio bilateral. Essas estratégias foram articuladas de forma complementar para superar desconfianças iniciais decorrentes do legado colonial e das tensões políticas regionais, permitindo ao Brasil consolidar sua presença em Moçambique e ampliar sua influência em África, mesmo diante de limitações estruturais e desafios diplomáticos. Assim, a relação bilateral não se restringiu a interesses econômicos, mas foi sustentada por um esforço deliberado de estabelecer vínculos políticos e simbólicos que garantissem uma interlocução contínua e produtiva entre os dois países.

Ao mesmo tempo, a construção da confiança política na relação entre os dois países ganhou destaque no discurso diplomático, com ênfase nas chamadas “afinidades históricas e culturais”, ligadas à língua portuguesa e à herança colonial compartilhada. Essa narrativa, embora facilitadora do diálogo, carregava em si elementos ambíguos e contraditórios, pois, enquanto buscava legitimar a aproximação e a solidariedade, reproduzia, ainda que de forma velada, as continuidades do passado colonial e das desigualdades estruturais. A diplomacia brasileira, portanto, atuava em um campo marcado por tensões entre o desejo de se afirmar como parceiro confiável e o peso dos vínculos coloniais e das assimetrias de poder que atravessavam a relação.

A pesquisa adota uma abordagem interpretativo-analítica, voltada à compreensão dos significados atribuídos pelos atores diplomáticos brasileiros às suas ações e discursos no processo de construção das relações bilaterais com Moçambique entre 1975 e 1986. Essa perspectiva parte do pressuposto de que a política externa não se limita à dimensão instrumental das decisões, mas envolve também a produção simbólica de sentidos, narrativas e identidades que orientam a atuação internacional do Estado (Lang 2007; Pouliot 2015).

O método utilizado é o da análise documental interpretativa, voltado à leitura qualitativa de documentos diplomáticos como fontes históricas e políticas. Essa metodologia privilegia o contexto de produção, circulação e significado dos documentos, considerando o papel das ideias e representações na formulação da política externa (Cellard 2008; Bowen 2009). O exame dos telegramas, despachos e discursos oficiais permitiu identificar as narrativas centrais que orientaram a aproximação entre Brasil e Moçambique e compreender como a linguagem diplomática refletiu e construiu sentidos de cooperação, solidariedade e desenvolvimento.





Antes da independência, o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques foi liderado por figuras como o Cônsul Geral Octávio Luiz de Berenguer Cesar e, posteriormente, pelo Conselheiro Mário Augusto Santos. O primeiro embaixador brasileiro acreditado em Moçambique foi Ronald Small Leslie Moraes, em 1976, seguido por Ítalo Zappa (1977–1981) e Marcel Dezon Costa Hasslocher (1981–1985). Nesse contexto, o primeiro discurso oficial do governo brasileiro em território moçambicano foi proferido em 19 de agosto de 1976, durante a gestão de Moraes. A embaixada era então de pequena estrutura, composta apenas pelo embaixador e por um primeiro-secretário, o diplomata Paulo Antônio Pereira Pinto, atualmente embaixador aposentado. Os textos e comunicações oficiais daquele período foram redigidos essencialmente por esses diplomatas, e não existem outras fontes primárias referentes à produção documental interna da missão, o que reforça a importância do material preservado no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI ) para a reconstituição do período.

Todas as fontes citadas obedecem à organização dos arquivos visitados. No Itamaraty, os documentos estão classificados por postos (embaixadas, consulados e missões) e assuntos, que variam em numeração e temática conforme o período e o tipo de correspondência. O conjunto documental referente a Moçambique entre 1974 e 1986 inclui telegramas, despachos, memorandos e correspondências diplomáticas trocadas entre a Embaixada do Brasil em Maputo e o Ministério das Relações Exteriores. Esse material revela as percepções e estratégias dos diplomatas brasileiros diante do processo de independência moçambicana e construção das relações bilaterais no período em tela.

O tratamento do material empírico seguiu três etapas principais. A primeira consistiu em uma leitura exploratória e catalogação das fontes segundo o tipo documental, a origem e a data, com a identificação dos principais atores e dos temas recorrentes. Em seguida, realizou-se a codificação temática das categorias discursivas, a partir de termos e expressões recorrentes nas comunicações diplomáticas, o que permitiu reconstruir o vocabulário político e simbólico da aproximação bilateral entre Brasil e Moçambique. Por fim, procedeu-se à interpretação contextualizada dos discursos, relacionando-os ao cenário histórico mais amplo da Guerra Fria, aos processos de descolonização africana e às diretrizes da política externa brasileira no período.

Ao articular análise de discurso e pesquisa documental histórica, o estudo busca compreender não apenas o conteúdo das ações diplomáticas, mas também os sentidos simbólicos e políticos que as sustentaram. Essa estratégia metodológica





permite evidenciar as tensões, ambiguidades e continuidades que marcaram a inserção do Brasil na África Austral, oferecendo uma leitura crítica e situada das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, de 1975 a 1986.

Este artigo se insere no debate contemporâneo sobre a política externa brasileira no contexto da descolonização africana e das dinâmicas Sul-Sul, dialogando com a literatura que analisa as estratégias diplomáticas de países emergentes na construção de relações bilaterais com nações africanas recém-independentes (Barrios Díaz 2024; Milani et al. 2014). Contribui, em particular, para os estudos que problematizam as dimensões simbólicas e práticas da diplomacia brasileira, ampliando a compreensão sobre como o país articulou interesses políticos, econômicos e culturais para afirmar sua presença no continente africano.

O artigo está organizado em três seções, além da introdução e observações finais, que estruturam a análise das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique entre 1975 e 1986. A primeira seção contextualiza o cenário histórico e diplomático, destacando os desafios iniciais decorrentes do legado colonial, as tensões da Guerra Fria e a desconfiança mútua que marcaram os primeiros contatos oficiais entre os dois países. Na segunda seção, são examinadas as posições diplomáticas adotadas pelo Brasil para construir confiança política e estabelecer diálogo com o governo moçambicano. Por fim, a terceira seção aborda os vetores da cooperação internacional e do intercâmbio comercial que sustentaram a aproximação bilateral, identificando os projetos de cooperação técnica em áreas-chave como saúde e educação, bem como as tentativas de expansão das relações comerciais e a inserção de empresas brasileiras no mercado moçambicano.

## **2. Considerações de ordem geral das Relações Brasil-Moçambique (1975-1986)**

A delimitação do período estudado, entre 1975 e 1986, obedece a dois marcos fundamentais que balizaram as dinâmicas dessa relação bilateral: a independência de Moçambique, proclamada em 1975, e a morte do presidente Samora Machel, em 1986, evento que também simboliza uma crise significativa no vínculo entre os dois países. Essa etapa é compreendida como um esforço inicial, por parte da diplomacia brasileira para estabelecer um canal de aproximação e presença em Moçambique, articulando interesses políticos e econômicos que moldariam os primeiros anos dessa relação.





No cenário global e regional, o período está marcado por desafios complexos, como a instabilidade da Guerra Fria e a desconfiança inicial do governo moçambicano em relação ao Brasil. Moçambique via com reservas o posicionamento brasileiro, que, até então, não se colocava explicitamente contra a manutenção do colonialismo português nas antigas colônias africanas (Barrios Díaz 2016). Esse receio refletia-se em uma resistência em aceitar o discurso oficial do Itamaraty que proclamava apoio às independências e à autodeterminação dos povos das ex-colônias portuguesas. Como não poderia deixar de ser, a presença da identidade linguística compartilhada entre os países, aliada às crescentes necessidades materiais do recém-independente Moçambique, funcionaram como fatores que facilitaram o estabelecimento de um diálogo diplomático e político, bem como uma agenda de visitas técnicas recíprocas que buscavam construir confiança mútua.

Antes mesmo da independência moçambicana, um telegrama secreto, datado de 12 de junho de 1975, informou que os dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), grupo armado que conquistou a independência do país, negou o pedido para o estabelecimento de uma Representação Especial brasileira em Moçambique, ao mesmo tempo em que alertava para a profunda desconfiança do governo de Maputo em relação aos diplomatas presentes, muitos dos quais ainda vinculados ao antigo regime colonial português. Esse cenário evidencia a complexidade do momento, uma vez que a FRELIMO, movimento de libertação que assumira o poder, exigiu a retirada dos quadros diplomáticos acreditados na antiga capital Lourenço Marques (atual Maputo), os quais eram vistos como representantes da ordem colonial e, portanto, ilegítimos para dialogar com o governo independente. A limitação da movimentação desses diplomatas a uma faixa de 50 quilômetros ao redor da capital reforçava o controle exercido pelo novo governo para consolidar sua soberania e autonomia política (Arquivo Histórico do Itamaraty 1975a).

Compreendendo o contexto de desconfiança e as tensões decorrentes, o Brasil, apesar das reservas expressas por líderes como Samora Machel, Joaquim Chissano e Marcelino dos Santos, empenhou-se em construir um diálogo político-diplomático consistente. Essa interlocução não se restringia apenas aos temas bilaterais, mas também abrangia questões regionais da África Austral e os desafios da Guerra Fria no continente africano. A agenda diplomática incluía visitas técnicas e intercâmbios entre altos funcionários, que tinham como propósito cultivar confiança e estabelecer uma relação institucional duradoura.





A despeito da desconfiança e ressentimentos que marcaram a percepção moçambicana da política brasileira, isso não impediu o aprofundamento das relações bilaterais. No entanto, a superação formal desse ressentimento por parte de Moçambique só ocorreu mais tarde, com a inauguração da embaixada moçambicana em Brasília, em 1998, vinte e um anos após a abertura da embaixada brasileira em Maputo. Esse hiato evidencia as assimetrias e complexidades presentes na relação, assim como as dificuldades para construir uma interlocução plena entre os dois países.

Pode-se afirmar que o governo de Maputo nutria a expectativa de que o Brasil se tornasse um parceiro capaz de apoiar a construção e o desenvolvimento do país, que se encontrava em um contexto interno instável e marcado por fragilidades políticas e econômicas. Essa expectativa refletia necessidades reais de Moçambique, especialmente em áreas da industrialização de produtos primários, como o açúcar e o caju, setores essenciais para a base econômica do país. Do lado brasileiro, por sua vez, o relacionamento com Moçambique era avaliado como uma oportunidade, tanto em termos comerciais e financeiros, quanto na implementação de projetos de cooperação técnica. O chamado “acumulado técnico” brasileiro, resultado do processo de industrialização nacional, passou a ser concebido como um instrumento importante da política externa brasileira, com o intuito de consolidar influência e ampliar a presença brasileira na África (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976a).

A participação do setor privado brasileiro, desde o início, foi considerada fundamental para o estreitamento dessas relações, com a expectativa de que empresas nacionais pudessem atuar em território moçambicano. Muitas das negociações e tentativas daquele período, embora nem sempre bem-sucedidas, constituem a base para a atual presença brasileira em Moçambique, demonstrando a continuidade e os desafios da inserção econômica brasileira no continente africano.

Assim, a cooperação internacional e o intercâmbio comercial surgem como os dois principais vetores da agenda político-diplomática entre Brasil e Moçambique, persistindo ao longo dos quarenta anos de relacionamento com diferentes intensidades. Esses vetores, contudo, enfrentaram limitações materiais e humanas, tais como a carência estrutural de Moçambique e as dificuldades logísticas e de comunicação entre Brasília e Maputo.

Além disso, o desconhecimento por parte da sociedade brasileira acerca do processo de independência moçambicano e o processo de aprendizado da diplomacia





brasileira sobre as prioridades do governo de Moçambique contribuíram para que esse projeto de cooperação e comércio se desenvolvesse de forma cautelosa e gradual. Muitas décadas depois, esse relacionamento amadurecido ganhou novo fôlego: entre 2011 e 2016, Moçambique tornou-se efetivamente o principal destino da cooperação internacional do Brasil (Barrios Díaz 2023). Nesse período, a cooperação brasileira abrangeu áreas tão diversas quanto desenvolvimento urbano, agricultura (cotonicultura, horticultura, irrigação, gado, pesquisa agrícola), segurança alimentar, saúde pública (bancos de leite humano, saúde materna, telemedicina, gestão de tuberculose, formação de recursos humanos em saúde, instalação de fábrica de antirretrovirais), ciência e tecnologia, educação e, ainda, no âmbito da cooperação humanitária, doações de arroz e feijão.

No âmbito da cooperação, já em 1976 iniciaram-se diálogos sobre possíveis intercâmbios nas áreas de saúde e educação, com interesse expresso por Moçambique em materiais de saúde, documentos técnicos, seminários e cursos oferecidos no Brasil. Havia inclusive planos para o envio de professores brasileiros e especialistas, como psiquiatras, embora questões formais e restrições burocráticas tenham limitado essas iniciativas naquele momento (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976b).

O discurso inaugural do embaixador Ronald Small Moraes, em agosto de 1976, traduziu a intenção brasileira de uma aproximação solidária, baseada no culturalismo diplomático do Brasil. Moraes destacou os “sentimentos de fraternidade do povo brasileiro para com os povos da África”, fundamentados em “afinidades históricas e culturais”, que possibilitariam um diálogo em pé de igualdade (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976b). Contudo, essa “igualdade” era essencialmente um princípio jurídico estatal brasileiro baseado no conceito de soberania, o que contrastava com a realidade das relações desiguais entre os países, tanto então quanto atualmente.

A solidariedade brasileira, mais orientada pela política externa do que pelo altruísmo ou conhecimento aprofundado do continente africano, utilizou as “afinidades históricas e culturais” como ferramentas políticas e simbólicas para estreitar laços (Saraiva 1993). Esses vínculos, desde a independência do Brasil, foram reinterpretados e instrumentalizados pela diplomacia para sustentar uma relação que, embora marcada por diferenças e assimetrias, buscava construir um espaço de interlocução com Moçambique.

É importante destacar que, embora as perspectivas nacionais de Brasil e Moçambique fossem diferentes, considerando que o Brasil desejava a abertura





para empresas nacionais e a superação do ressentimento, enquanto Moçambique buscava cooperação para o desenvolvimento econômico e social, a relação bilateral foi caracterizada por uma combinação dessas dinâmicas. A estratégia brasileira nos primeiros anos privilegiou a construção de uma imagem positiva junto ao governo e à sociedade moçambicana, utilizando elementos culturais, como a língua portuguesa e a presença missionária, para facilitar a aproximação.

O embaixador Small também observou a “barreira psicológica” que existia nos escalões governamentais moçambicanos em relação à diplomacia brasileira, refletindo a complexidade das percepções e desconfianças mútua (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976b). A construção dessa imagem positiva, fruto de um diálogo constante, permitiu avaliações otimistas sobre os rumos da relação, embora coexistisse com uma imagem negativa alimentada pelo alinhamento brasileiro a Portugal e a falta de solidariedade durante a luta de libertação (Gonçalves 2003).

Os intercâmbios culturais, incluindo a música e a literatura brasileira, tiveram papel relevante no estreitamento dos laços. A solicitação formal da Rádio Moçambique para o envio de discos e livros brasileiros demonstra o interesse na promoção da imagem do Brasil, embora o impacto efetivo dessas ações tenha sido limitado pela infraestrutura precária, como o acesso restrito à eletricidade pela maior parte da população (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976c).

Por outro lado, a maioria das notícias do Brasil, em Moçambique, eram divulgadas por uma agência cubana, a Prensa Latina, que, nas palavras do embaixador Ronald, eram um “fator determinante na construção de uma imagem negativa, que à força da repetição, tenderam a se fixar (...) até entre as autoridades governamentais” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1975b). Esse foi um fator relevante na construção de uma imagem negativa do Brasil em Moçambique, influenciando percepções oficiais e públicas. Esse ambiente adverso exigiu um esforço consistente da diplomacia brasileira para institucionalizar e consolidar as relações bilaterais, estratégia que se refletiu no monitoramento constante da política interna moçambicana por meio da análise de jornais e semanários locais.

Por fim, a rotina da Embaixada do Brasil em Maputo foi marcada também pela gestão consular e pelos vínculos com a comunidade brasileira e cooperantes presentes no país, o que gerou uma série de demandas administrativas e reforçou o papel da diplomacia como um canal permanente de comunicação e articulação entre os dois Estados.

O otimismo do embaixador Moraes em relação ao potencial da parceria com Moçambique, ainda que marcada por um abismo temporal entre discurso





e prática, revela a complexidade da relação bilateral na fase inicial e prenuncia os desafios que seriam enfrentados nas décadas seguintes.

### 3. Discursos diplomáticos e representações sobre Moçambique

Esta seção examina os discursos e comunicações diplomáticas produzidos no contexto da instalação da Embaixada do Brasil em Maputo e do início das relações bilaterais entre os dois países. Busca-se compreender como determinadas representações sobre Moçambique e sobre o papel do Brasil na África foram elaboradas, projetando uma gramática diplomática marcada por valores, solidariedade e interesse. O enfoque interpretativo permite tratar esses documentos não apenas como registros factuais, mas como **atos discursivos** que expressam intenções políticas, disputas simbólicas e concepções de mundo compartilhadas pelos diplomatas. A leitura dos telegramas, relatórios e discursos evidencia que, desde o estabelecimento da missão diplomática em 1976, a retórica da cooperação técnica e da afinidade política constituiu um eixo estruturante da identidade que o Brasil buscou afirmar como parceiro confiável no continente africano.

O primeiro embaixador brasileiro em Moçambique, Ronald Small Leslie Moraes, estabeleceu a missão diplomática em 1976, em um contexto de redefinição da política externa brasileira frente às independências africanas. Seus telegramas iniciais enfatizam o caráter “histórico” da aproximação com Moçambique e a importância de o Brasil “não se omitir diante das transformações políticas do continente” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976d). Essa formulação expressa uma solidariedade de princípio, voltada à legitimação do novo parceiro, mas também denota o interesse do Itamaraty em reposicionar o Brasil como mediador entre África e Ocidente, num cenário em que o anticolonialismo ganhava centralidade na diplomacia global.

O embaixador Ítalo Zappa (1977–1981), sucessor de Moraes, consolidou esse discurso em chaves mais explícitas. Em seu discurso inaugural, Zappa sublinhou o esforço que o governo brasileiro desenvolveu para “cumprir seu dever histórico de aproximação e colaboração com as nações africanas” e a disposição do Brasil em compartilhar sua “experiência acumulada”, enfatizando que o país compreendia “a luta de Moçambique”, condenando a persistência do colonialismo como “brecha perigosa no princípio da autodeterminação” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1977a). A retórica da solidariedade anticolonial





servia, assim, como base moral do discurso diplomático, mas articulava-se a um interesse de prestígio internacional, projetando o Brasil como parceiro natural do continente africano e defensor de uma cooperação “entre iguais”.

Ao mesmo tempo, Zappa demonstrava pragmatismo ao acompanhar a reaproximação entre Moçambique e Portugal, avaliando positivamente a revogação da medida que havia expulsado cidadãos de nacionalidade portuguesa após a independência. Para o embaixador, um acordo de cooperação entre a ex-metrópole e a ex-colônia seria benéfico e “poderia favorecer também o papel mediador do Brasil” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1978a). Nessa leitura, a solidariedade lusófona surgia como instrumento de inserção internacional, emergindo o ideal de uma comunidade de países de língua portuguesa com o Brasil em posição de centralidade.

A documentação revela também a presença de temas de segurança internacional na correspondência diplomática. Em 1976, diante de reportagens da revista *Jeune Afrique* sobre a possível criação de uma South Atlantic Treaty Organization (SATO), Zappa destacou o esforço da embaixada em “desmentir as informações” e reiterar que “não haveria pacto de defesa do Atlântico Sul nem com a África do Sul” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976e). A preocupação com a imagem internacional do Brasil, nesse caso, evidencia o cuidado em distinguir a política externa brasileira de qualquer associação com regimes racistas ou alianças ocidentais pró-África do Sul, reforçando a narrativa de independência e solidariedade africana, ainda que sob a lente do interesse diplomático em preservar a credibilidade do país junto aos Estados africanos.

A despeito desses esforços discursivos, Zappa reconhecia as dificuldades políticas no relacionamento bilateral. Em 1979, procurou aproximar os dois países convidando Samora Machel para a posse do presidente João Figueiredo, convite recusado pelo líder moçambicano (Arquivo Histórico do Itamaraty 1979). O episódio ilustra a distância entre a solidariedade retórica e a reciprocidade política efetiva, pois Moçambique mantinha desconfianças quanto à aproximação do Brasil com regimes autoritários no Cone Sul.

O embaixador Marcel Dezon Costa Hasslocher (1981–1985) assumiu o posto em meio à deterioração das condições econômicas e políticas em ambos os países. Seus relatórios expressam uma tentativa de recompor o sentido da cooperação bilateral, marcada por frustrações e expectativas não cumpridas. Hasslocher reconhecia a necessidade de “romper o atual impasse” e “estabelecer bases mais sólidas para uma cooperação mutuamente proveitosa”, embora admitisse que





“o país não se aproximou tanto do Brasil como pudera tê-lo feito” devido à “falta de conhecimento do próprio governo moçambicano sobre o processo político brasileiro” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1983a). Mesmo assim, percebia nas autoridades locais uma disposição para uma “amizade estável e permanente”.

A ênfase na “cooperação mutuamente proveitosa” expressa um deslocamento no discurso diplomático: a solidariedade deixa de ser apresentada como um dever moral e passa a ser articulada em termos de interesse recíproco e eficiência política. Contudo, como observa o próprio embaixador, a ideia de benefícios mútuos “nunca foi desenvolvida de maneira a demonstrar como o Brasil estaria beneficiando-se dessa cooperação” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1983a). O discurso de solidariedade, portanto, coexistia com uma prática de cooperação assimétrica, na qual o Brasil mantinha a posição de ofertante de conhecimento e Moçambique a de receptor.

Em 1985, Hasslocher registrou que as crises econômicas e a guerra civil moçambicana indicavam uma fase discreta nas relações bilaterais, notando que “Moçambique tem sido uma dessas nações privilegiadas em receber apoio internacional”, sem reconhecer o caráter estratégico dessa “solidariedade” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1985a). A leitura do embaixador reproduz, assim, a ambiguidade típica do discurso brasileiro: a solidariedade africana é exaltada, mas o interesse político subjacente, de afirmação internacional e legitimação da política externa brasileira, permanece implícito.

Por fim, a mudança de regime no Brasil em 1985, com a transição democrática e a posse de José Sarney, não alterou substancialmente o padrão discursivo. Como observa Cortês (2010, 9), a democratização incorporou a defesa da democracia à identidade internacional do país, mas manteve a continuidade das linhas gerais da política externa. A cooperação com Moçambique continuou a expressar uma solidariedade diplomática discursiva, ancorada em valores morais e identitários, porém limitada por interesses estratégicos e constrangimentos domésticos.

Assim, os discursos diplomáticos do período 1976–1985 revelam a coexistência entre solidariedade e interesse como dimensões constitutivas da política africana do Brasil. A solidariedade funcionava como linguagem legitimadora da presença brasileira na África, enquanto o interesse operava como racionalidade subjacente, orientando as prioridades e limites da cooperação. A análise documental, ao evidenciar essas tensões, permite compreender como a diplomacia brasileira construiu Moçambique tanto como parceiro simbólico do Sul Global, quanto como espaço de projeção do próprio imaginário internacional do Brasil.





#### 4. Cooperação Técnica e Comércio Bilateral (1975-1986)

Nos anos imediatamente posteriores à independência de Moçambique, a cooperação técnica brasileira emergiu como um elemento central da diplomacia bilateral. A política de cooperação era coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Planificação Econômica, com João Batista Cosme, diretor de cooperação internacional, encarregado de criar estruturas institucionais capazes de atender à intensa demanda do país (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976f).

O governo moçambicano adotava uma postura cautelosa quanto ao envio de estudantes para o exterior, recusando bolsas de longo prazo devido ao elevado índice de evasão. Essa política não se restringia a países extracontinentais: Maputo também hesitava em aceitar bolsas do Egito ou da Nigéria, refletindo o controle estatal sobre a circulação de cidadãos (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976g).

As “linhas gerais de cooperação” foram definidas em 1976 em modelo aproximado ao conceito contemporâneo de cooperação Sul-Sul, priorizando o envio de técnicos brasileiros para Moçambique, de modo a evitar a fuga de cérebros. Para o embaixador Moraes, o Brasil atuava com “flexibilidade” na definição de entendimentos futuros, pautando-se no “respeito e benefícios mútuos” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976h). Nas palavras do diplomata, a África de expressão portuguesa deveria tornar-se “uma área de concentração de cooperação técnica brasileira” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976i).

O contexto interno moçambicano, marcado pela guerra civil (1977-1992) e destruição de infraestrutura, dificultava a implementação de projetos. Nesse cenário, a diplomacia brasileira identificou “espaços vazios” onde poderia atuar, muitas vezes em coordenação com a comunidade internacional. A presença de outros atores, como a China, que em 1976 concedeu um empréstimo de 50 milhões de dólares para saúde e agricultura, evidenciava a competição por relevância internacional (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976j).

Em 1976, o Itamaraty disponibilizou 135 bolsas de estágios para os PALOP, sendo 30 especificamente para Moçambique. O objetivo era “mostrar a boa vontade do Brasil em relação aos novos Estados e fortalecer, sem preocupações imediatistas, a imagem do país na África” (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976l). Não incluíam passagens ou hospedagem, revelando as limitações financeiras do programa. Ainda nesse ano, o Brasil enviou insumos médicos — materiais cirúrgicos, ortopédicos e farmacêuticos — além de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para promoção da língua





portuguesa e materiais didáticos, como manuais de vacinação (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976l).

De maneira geral, a cooperação brasileira buscava atuar em três setores prioritários: saúde, educação e agricultura, ainda que a transferência tecnológica fosse limitada. O papel da Embaixada em Maputo era amplo: levantar necessidades e prioridades locais; informar sobre instituições brasileiras aptas a prestar assistência técnica; acompanhar e avaliar resultados; e revisar ou reformular projetos, cursos, seminários e estágios (Arquivo Histórico do Itamaraty 1977b).

No final da década de 1970, programas de capacitação incluíram bolsas de especialização em microbiologia e imunologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e participação na I Jornada Afro-Brasileira de Medicina Tropical na Universidade Federal do Pernambuco, com cinco bolsas para cada país africano de língua portuguesa (Arquivo Histórico do Itamaraty 1978b). Paralelamente, o Brasil forneceu materiais para escolas náuticas, cinematografia, energia, economia do combustível, mapeamento geológico e legislação sobre psicotrópicos (Arquivo Histórico do Itamaraty 1979).

A cooperação cultural e acadêmica ganhou força em 1980, quando o reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando Ganhão, visitou o Itamaraty, iniciando programas de intercâmbio universitário. O embaixador João Hermes Pereira de Araújo ressaltou que a cooperação cultural e técnica ocupava um “lugar especialmente significativo”, determinando a prioridade da solidariedade brasileira em consonância com as orientações do presidente João Figueiredo (Arquivo Histórico do Itamaraty 1980a).

Em setembro de 1981, a cooperação foi institucionalizada com a assinatura do Acordo Geral de Cooperação Brasil-Moçambique, abrangendo áreas econômica, científica, técnica e cultural (Brasil 1981). O Acordo Geral de Cooperação de 1981 formalizou juridicamente esses esforços, permitindo a expansão das iniciativas técnicas, culturais e econômicas. No entanto, a década de 1980 trouxe novos desafios: estagnação econômica no Brasil, crise da dívida externa e baixo interesse empresarial reduziram a capacidade de financiamento, enquanto a guerra civil em Moçambique dificultava a implementação plena dos projetos. Ainda assim, a cooperação brasileira manteve-se significativa, demonstrando a tentativa de transformar a imagem do Brasil de país que apoiou Portugal em parceiro sólido e confiável no desenvolvimento moçambicano.

Apesar da formalização, os recursos continuaram limitados, sobretudo em razão da estagnação econômica brasileira dos anos 1980 e da alta da dívida





externa (Côrtes 2010). A mudança de regime no Brasil, com a presidência de José Sarney, demandou esforços de familiarização da nova administração com o governo moçambicano, mas não alterou significativamente o interesse brasileiro pelo país (Côrtes 2010).

**Quadro 1. Principais projetos de cooperação técnica entre 1976 e 1985**

Ano	Área	Tipo de Cooperação	Descrição	Instituição Envolvida	Observações
1976	Saúde	Insumos médicos	Envio de materiais cirúrgicos, ortopédicos e farmacêuticos	Ministério da Saúde, Brasil	Suporte ao pós-independência
1976	Educação	Normas ABNT	Fornecimento de normas padronizadas para promoção da língua portuguesa	ABNT	Incentivo ao ensino doméstico
1977	Educação	Bolsas de estudo	Cursos de curta e média duração no Brasil, até 30 bolsas	Universidades Federais do Brasil	Incluía cursos de microbiologia e imunologia
1977	Educação	Delegação oficial	Visita de Murade Isaac Murargy e equipe para discutir cooperação	Itamaraty	Estabelecimento de prioridades bilaterais
1978	Cultura	Material didático e equipamentos	Suporte a escola de formação náutica, montagem cinematográfica, sonorização	Ministério da Educação e Cultura, Brasil	Diversificação da cooperação cultural
1980	Educação	Cooperação universitária	Intercâmbio com Universidade Eduardo Mondlane	Universidade Eduardo Mondlane, Brasil	Desenvolvimento de programas acadêmicos conjuntos
1981	Multissetorial	Acordo Geral de Cooperação	Estabelecimento de áreas de cooperação econômica, científica, técnica e cultural	Governo de Moçambique e Itamaraty	Base jurídica da cooperação brasileira até hoje
1982	Agricultura	Extensão rural	Capacitação técnica e apoio estratégico a instituições locais	Ministério da Agricultura, Brasil	Foco na transferência de conhecimento técnico
1983	Mineração	Apoio técnico	Cursos e assistência para otimização de recursos minerais	Ministério das Minas e Energia, Brasil	Continuidade do suporte brasileiro
1984	Transportes	Capacitação técnica	Treinamento de profissionais moçambicanos em logística e transporte	Ministério dos Transportes, Brasil	Apoio estratégico ao desenvolvimento nacional

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty.





O Quadro 1 evidencia a diversidade de áreas e modalidades de cooperação, que iam desde assistência médica emergencial até capacitação técnica e transferência de conhecimento estratégico. Essas ações, embora limitadas por restrições financeiras e pelo contexto da guerra civil, estabeleceram as bases de uma presença brasileira contínua e estratégica em Moçambique. A embaixada brasileira desempenhou papel central, levantando necessidades locais, conectando instituições brasileiras com contrapartes moçambicanas, acompanhando resultados e revisando projetos (Arquivo Histórico do Itamaraty 1985b).

O intercâmbio comercial entre Brasil e Moçambique emergiu como uma estratégia central para a aproximação bilateral, especialmente no período posterior à independência moçambicana. Antes de 1975, o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques atuava de forma limitada, mediando demandas de negócios em um contexto fortemente condicionado pelos vínculos coloniais com Portugal, o que restringia consideravelmente o comércio entre os dois países.

Após a independência, o comércio tornou-se uma ferramenta complementar à cooperação técnica, servindo não apenas para atender às necessidades emergenciais de Moçambique, mas também para inserir empresas brasileiras no novo mercado africano. Entre 1976 e 1982, as exportações brasileiras tiveram crescimento expressivo, refletindo tanto a abertura de Moçambique quanto a expansão industrial do Brasil: em 1976 exportaram-se US\$ 4 milhões; 1977, US\$ 10,2 milhões; 1978, US\$ 5 milhões; 1979, US\$ 15,5 milhões; 1980, US\$ 71,2 milhões; 1981, US\$ 36,6 milhões; e 1982, US\$ 98,6 milhões (Arquivo Histórico do Itamaraty 1983b). Esse aumento evidencia o interesse brasileiro em aproveitar novos mercados para produtos manufaturados, dentro da lógica de substituição de importações e diversificação das exportações (Cervo e Bueno 1997).

O comércio com Moçambique se estruturou como moeda de troca com a cooperação bilateral, considerando o potencial do país africano como mercado emergente e plataforma de acesso aos demais Estados da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC). Em 1982, a criação da Comissão Mista Brasil-Moçambique reforçou a institucionalização dessas relações, promovendo diálogos sobre crédito, investimentos e projetos conjuntos (Arquivo Histórico do Itamaraty 1982a). Todavia, a crise econômica moçambicana e as instabilidades decorrentes da guerra civil levaram ao congelamento de uma linha de crédito aberta pelo Brasil, gerando frustração entre as autoridades moçambicanas e evidenciando os limites do engajamento externo.





As dificuldades práticas do comércio eram evidentes: comunicações aéreas e marítimas insuficientes e riscos decorrentes de atividades guerrilheiras dificultavam a implementação de projetos comerciais com segurança. Empresas brasileiras, como a Protecno, enfrentaram contingentes militares locais para garantir a execução de seus projetos. O embaixador Moraes ressaltava que a economia moçambicana funcionava “não em termos de mercado”, mas como uma estrutura monopolizada pelo governo, tornando estratégica a identificação de setores prioritários como agricultura, saúde e educação, bem como a atuação de empresas estatais e sobreviventes do período colonial (Arquivo Histórico do Itamaraty 1982b).

O Brasil, atuando dentro dessa lógica, buscou alinhar cooperação e comércio, promovendo a participação de empresas como Petrobras, Intelbras, Banco do Brasil, Embratel e Vale do Rio Doce. Em 1980, o vice-governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal, assinou acordos de crédito com instituições britânicas e estadunidenses, demonstrando a abertura gradual do país a relações financeiras internacionais e sinalizando uma virada liberal emergente (Arquivo Histórico do Itamaraty 1980b).

Os diplomatas brasileiros perceberam também a importância de promover o país junto aos círculos empresariais moçambicanos, predominantemente de língua inglesa. Para tanto, enviou-se material de divulgação, como a revista *Brazilian Trade and Industry*, visando demonstrar a capacidade industrial brasileira e fortalecer o comércio de exportação. O presidente Samora Machel manifestou interesse do governo moçambicano aprender com a experiência brasileira de industrialização agrícola e automobilística, enfatizando a necessidade de soluções próprias, sem replicar fórmulas coloniais (Arquivo Histórico do Itamaraty 1984).

De forma geral, as prioridades econômicas identificadas incluíam carvão, gás, petróleo, agroindústria, industrialização de produtos existentes (como madeira e móveis) e obras de infraestrutura, como ferrovias e portos. O grande desafio do Brasil era inserir suas empresas em projetos de exploração mineral, com destaque para o setor de carvão e gás natural, coordenados com a Secretaria de Carvão e Hidrocarbonetos de Moçambique.

O setor varejista também foi contemplado, com a visita de representantes da empresa Pão de Açúcar para avaliar a viabilidade de redes de supermercados, embora os projetos não tenham se concretizado por restrições financeiras. Um capítulo relevante da inserção comercial brasileira foi a participação na Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique (FACIM), iniciada em 1972. O pavilhão brasileiro, em 1976, com 25 expositores, destacou-se por





iniciativas simbólicas e comerciais, como a doação de um caminhão frigorífico Scania, parcialmente custeado pelo Itamaraty, reforçando a imagem de parceria e solidariedade do Brasil (Arquivo Histórico do Itamaraty 1976l).

**Tabela 1. Comércio bilateral Brasil–Moçambique entre 1976 e 1982**

Ano	Exportações do Brasil para Moçambique (US\$ milhões)	Observações / Eventos Relevantes
1976	4,0	Início das trocas comerciais expressivas; diplomacia brasileira investindo na aproximação; FACIM e primeiras missões comerciais.
1977	10,2	Crescimento das exportações; envio de técnicos e materiais; visita oficial de delegação moçambicana ao Brasil.
1978	5,0	Flutuação das exportações; contexto interno de insegurança e guerra civil em Moçambique.
1979	15,5	Intensificação de exportações; interesses estratégicos brasileiros em setores como energia e agricultura.
1980	71,2	Marco significativo; visita do Ministro do Planejamento de Moçambique, projetos em carvão, agroindústria e infraestrutura; participação em FACIM; negociações de crédito externo.
1981	36,6	Criação da Comissão Mista Brasil–Moçambique; continuidade das exportações, apesar da crise econômica brasileira.
1982	98,6	Primeira reunião da Comissão Mista; congelamento da linha de crédito devido à crise econômica moçambicana; continuidade de projetos comerciais e técnicos.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty.

A Tabela 1 evidencia a evolução do comércio bilateral, mostrando picos e recuos que refletiam tanto a dinâmica econômica brasileira quanto as condições internas de Moçambique, incluindo a guerra civil e a limitada capacidade de absorção de importações. Nesse sentido, o intercâmbio comercial não acompanhou o ritmo mais intenso da aproximação política construída por meio da cooperação técnica.

Apesar das ambições, o comércio bilateral permaneceu de baixa densidade entre 1975 e 1986, limitado por obstáculos logísticos, financeiros e de segurança, e fortemente apoiado pela cooperação técnica como mecanismo de viabilização a longo prazo. Cumpre registrar que o binômio cooperação-comércio se consolidou como eixo estruturante das relações bilaterais, definindo um padrão de atuação brasileira na África Lusófona que buscava combinar desenvolvimento, cooperação, inserção empresarial e construção de imagem diplomática positiva.





## 5. Considerações Finais

O processo de construção das relações bilaterais entre Brasil e Moçambique entre 1975 e 1986 foi marcado por uma combinação estratégica de ações diplomáticas, econômicas e simbólicas. A diplomacia brasileira atuou com flexibilidade e pragmatismo, buscando respeitar a soberania moçambicana e adaptando-se às limitações impostas pelo contexto pós-independência, como a guerra civil e a fragilidade institucional do país africano. A criação de estruturas institucionais coordenadas pelo Itamaraty e pelos ministérios brasileiros permitiu o acompanhamento sistemático de projetos de cooperação, abrangendo áreas como saúde, educação, agricultura, mineração, transporte e cultura. A formalização desses esforços, consolidada pelo Acordo Geral de Cooperação Brasil-Moçambique em 1981, proporcionou segurança jurídica e institucional para a expansão de iniciativas técnicas, culturais e econômicas, fortalecendo a presença brasileira em Maputo.

O comércio bilateral se constituiu como extensão dessa diplomacia, sendo usado não apenas para atender às necessidades emergenciais de Moçambique, mas também para inserir empresas brasileiras em setores estratégicos, como energia, agroindústria e mineração. O binômio cooperação-comércio revelou-se central: o envio de técnicos, insumos e bolsas de estudo se articulava com a participação em feiras comerciais e projetos de exploração econômica, criando um modelo de interação que combinava solidariedade, capacitação e oportunidades de negócios. Essa integração entre cooperação e comércio permitiu ao Brasil construir relações de confiança, ao mesmo tempo em que promovia seus interesses estratégicos e industriais em um mercado emergente.

Além dos aspectos práticos, a diplomacia brasileira operou fortemente no plano simbólico, apresentando o país como parceiro confiável e solidário, distinto do colonialismo português. A promoção de intercâmbios culturais, programas universitários e iniciativas de transferência de conhecimento técnico consolidou a imagem do Brasil como um ator comprometido com o desenvolvimento de Moçambique, reforçando laços de solidariedade e construindo capital diplomático duradouro.

Em síntese, as estratégias diplomáticas brasileiras entre 1975 e 1986 se caracterizaram pela articulação de interesses econômicos, presença técnica e simbolismo político-cultural, estabelecendo um padrão de atuação que buscava simultaneamente apoiar o desenvolvimento moçambicano, inserir empresas





brasileiras e consolidar a imagem do Brasil na África Lusófona. Mesmo diante de limitações financeiras, crises internas e instabilidades regionais, essa abordagem permitiu à diplomacia brasileira manter relevância e consistência, definindo um modelo de cooperação Sul-Sul e de inserção econômica que serviria de referência para ações posteriores na região.

## Referências

- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1975a. Telegrama “Urgente-Secreto, do Consulado-Geral em Lourenço Marques para Exteriores, s/n, de 12 de junho de 1975”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A-20) – Relações Políticas. Caixa 241. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1975b. Telegrama “Confidencial nº 249, de 05 de junho de 1975”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 242. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976a. Telegrama “Nº 350, Confidencial, de 15 de setembro de 1976”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 250. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976b. Telegrama “Secreto nº 356, de Ronald Small, de 19 de agosto de 1976”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 251. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976c. Telegrama “Confidencial nº 198, de 27 de abril de 1976”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 252. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976d. Telegrama Confidencial “Estabelecimento da missão diplomática em Maputo”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 256. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976e. Telegrama Secreto Confidencial nº 96 “Criação da SATO e reações moçambicanas”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 257. Secreto
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976f. Telegrama “Sobre a coordenação da cooperação internacional em Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 253. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976g. Telegrama “Sobre estudantes moçambicanos no exterior”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 254. Secreto.





- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976h. Telegrama “Análise do embaixador Ronald Small sobre a cooperação Brasil-Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 255. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976i. Telegrama “Notícias sobre a China em Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 256. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976j. Telegrama “Sobre bolsas de estágio para estudantes dos PALOP no Brasil”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 257. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1976l. Telegrama “Participação do Brasil na FACIM”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 258. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1977a. Telegrama Confidencial n° 112 “Discurso inaugural do embaixador Ítalo Zappa”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 258. Secreto. Arquivo Histórico do Itamaraty. 1977b. Telegrama “Relatório sobre a atuação da Embaixada do Brasil em Maputo”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 261. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1978a. Telegrama Secreto n° 299 “Reaproximação Moçambique-Portugal e mediação brasileira”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 259. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1978b. Telegrama “Sobre apoio prestado pelo Brasil a Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 262. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1979. Telegrama “Fornecimento de material para Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 263. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1980a. Telegrama “Cooperação cultural entre Brasil e Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 265. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1980b. Telegrama “Notícias sobre a economia de Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 266. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1982a. Telegrama “Atividades de cooperação técnica”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 270. Secreto.





- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1982b. Telegrama “Informe sobre a Comissão Mista”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 271. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1983a. Telegrama Confidencial “Frustrações e cooperação bilateral com Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 260. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1983b. Telegrama “Balanço do saldo de comércio exterior bilateral”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 272. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1984. Telegrama “Promoção comercial do Brasil”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 273. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1985a. Telegrama “Atividades de cooperação técnica”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 274. Secreto.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. 1985b. Telegrama “Balanço de atividades de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique”. Embaixada em Maputo para Exteriores. AMRE, 900 (B-46) (A) – Relações Políticas. Caixa 275. Secreto.
- Barrios Díaz, J. A. S. 2016. “O Brasil e o acender das luzes das independências de Angola e Moçambique (1974-1975).” *Carta Internacional* 11 (3): 149–171.
- Barrios Díaz, José Alejandro Sebastian. 2023. “O lugar de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.” *Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais* 5 (2): 56–75.
- Barrios Díaz, J. A. S. B. 2024. “Brasil – Moçambique: relações bilaterais entre 1975 e 2015.” *InterAção* 15 (2).
- Bowen, Glenn A. 2009. “Document Analysis as a Qualitative Research Method.” *Qualitative Research Journal* 9 (2): 27–40.
- Brasil. 1981. *Acordo geral de cooperação técnica Brasil – Moçambique*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/documentos-firmados-por-ocasio-da-visita-do-ministro-mauro-vieira-a-mocambique-maputo-30-de-marco-de-2015](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/documentos-firmados-por-ocasio-da-visita-do-ministro-mauro-vieira-a-mocambique-maputo-30-de-marco-de-2015). Acesso em: 13 ago. 2025.
- Cabaço, J. 2011. *Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia*. Brasília: BEPI, IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/9580cee0-49a2-44a3-92c7-eac2850458a0>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- Cau, Hilário Simões. 2011. *A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.





- Cellard, André. 2008. “A análise documental.” Em *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, organizado por Jean Poupart et al., 295–316. Petrópolis: Vozes.
- Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo. 1997. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Côrtes, Octávio Henrique Dias Garcia. 2010. *A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília: FUNAG.
- Gonçalves, Williams da Silva. 2003. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do Tratado da Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lang, Anthony F. Jr. 2007. The politics of practice. *International Studies Perspectives*, v. 8, n. 3, p. 287–290.
- Milani, Carlos R. S.; Echart, Enara; Duarte, R. S.; Klein, Magno. 2014. *Atlas da política externa brasileira*. 1. ed. Buenos Aires; Rio de Janeiro: CLACSO; EDUERJ.
- Pouliot, Vincent. Practice theory and the study of diplomacy. 2015. In: Constantinou, Costas M.; Kerr, Pauline; Sharp, Paul (org.). *The SAGE handbook of diplomacy*. London: SAGE, 2015. p. 67–79.
- Santos, Vanicléia Silva. 2014. “Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul.” *Revista de Ciências Humanas* 14 (2): 277–301.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1993. “Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista da Política Africana do Brasil.” *Revista Informação Legislativa* 30 (118): 219–236.

